
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 506/2025

DECRETO N.º 506/2025

Regulamenta o procedimento administrativo para requerimento, análise e concessão da isenção de IPTU prevista no Art. 167 do Código Tributário Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ, Sr. IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o benefício fiscal de isenção outorgado pelo Art. 167 da Lei Municipal nº 975/2013 aos aposentados, pensionistas e curadores de pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos para a comprovação dos requisitos legais, garantindo a isonomia e a impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º A concessão da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), prevista no Art. 167 da Lei Municipal nº 975/2013, observará o rito administrativo estabelecido neste Decreto.

Art. 2º São beneficiários da isenção, desde que cumpridos cumulativamente os requisitos legais:

I - Aposentados;

II - Pensionistas;

III - Pessoas que detenham a curatela judicial de deficientes físicos ou mentais.

Art. 3º O requerimento deverá ser protocolado anualmente pelo interessado ou seu representante legal, instruído obrigatoriamente com os seguintes documentos:

I - Cópia de documento de identidade (RG) e CPF;

II - Comprovante atualizado de residência, demonstrando que o requerente reside no imóvel objeto do pedido;

III - Extrato ou comprovante de rendimentos do INSS ou órgão pagador, demonstrando que a renda familiar não ultrapassa 02 (dois) salários mínimos vigentes;

IV - Certidão atualizada do Cartório de Registro de Imóveis, comprovando que o requerente possui apenas um único imóvel no Município.

§1º Em casos excepcionais, onde comprovada a impossibilidade financeira de arcar com as custas da Certidão do Registro de Imóveis, esta poderá ser suprida por Laudo Social emitido e assinado por Assistente Social do Município,

atestando a condição de vulnerabilidade e a posse de único imóvel.

§2º Para os casos de curatela, deverá ser anexado o Termo de Curatela ou documento judicial equivalente.

Art. 4º Compete ao Setor de Tributação e Fiscalização a análise do pleito.

§1º A análise verificará:

I - A tempestividade do pedido;

II - A veracidade das declarações;

III - O enquadramento nos critérios de renda e propriedade única.

§2º Poderá ser realizada vistoria *in loco* para confirmar a residência do beneficiário no imóvel.

Art. 5º O pedido será indeferido sumariamente se:

I - A renda familiar ultrapassar o limite legal;

II - O requerente for proprietário de mais de um imóvel;

III - O imóvel tiver destinação comercial ou industrial.

Art. 6º Deferido o pedido, a isenção será lançada no sistema tributário para o exercício fiscal correspondente.

Parágrafo Único. A isenção não exonera o beneficiário do pagamento de taxas de serviços públicos (como a Taxa de Coleta de Lixo), salvo se houver previsão legal específica de remissão destas.

Art. 7º A constatação de falsidade nas declarações ou documentos implicará na revogação imediata do benefício e no lançamento retroativo do imposto devido, acrescido de multas e juros, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS

Prefeito Municipal

Publicado por:

Ionara Tayna da Rocha Melnik

Código Identificador:F673840E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/11/2025. Edição 3415

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>